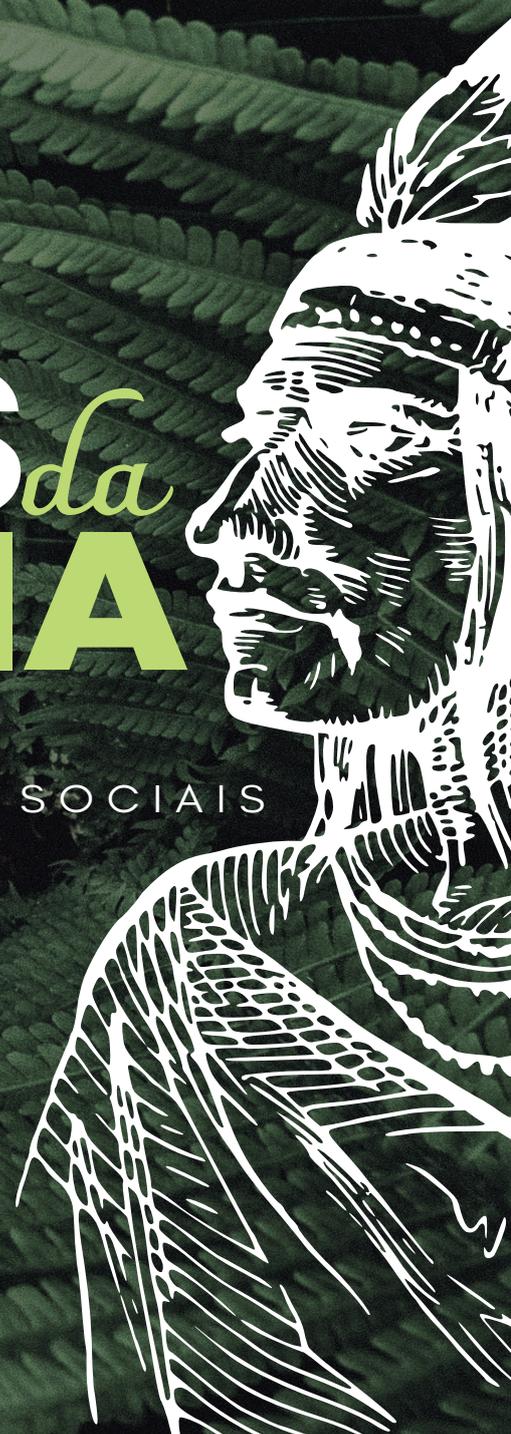


REVISTA

# SABERES *da* AMAZÔNIA

CIÊNCIAS JURÍDICAS, HUMANAS E SOCIAIS



VOL. 6 | N. 12

JANEIRO - DEZEMBRO 2023 | ISSN: 2448-0576

## PRESENCAS E AUSÊNCIAS DO DEBATE SOBRE PSICOLOGIA AMBIENTAL EM PPCS NA REGIÃO NORTE DO BRASIL

Miriã Ortiz Passos de Andrade<sup>1</sup>

Sônia Mari Shima Barroco<sup>2</sup>

Lílian Caroline Urnau<sup>3</sup>

Rafael Ademir Oliveira de Andrade<sup>4</sup>

**RESUMO:** O objetivo do presente artigo é analisar as ausências e presenças na formação e prática docente em Psicologia sobre a questão da Psicologia Ambiental e seus debates e nuances em IES na Região Norte do Brasil. Para dar conta de tal objetivo a metodologia de pesquisa documental com análise de conteúdo foi utilizada, levantando seis projetos político-pedagógicos de cursos de Psicologia em Instituições Federais de Ensino Superior na Região Norte do Brasil. A partir da definição das Instituições, palavras-chave foram utilizadas para destacar elementos dos projetos pedagógicos e aglutinados em um quadro que posteriormente foi analisado. Conclui-se que há uma ausência do debate sobre o tema da Psicologia Ambiental e outros elementos que circulam o subcampo, tal como meio ambiente, sustentabilidade, território e territorialidade nos projetos pedagógicos e em práticas de ensino, extensão e pesquisa devidamente registrados no documento. Tal esvaziamento não se justifica exatamente pela posição espacial, política e cultural em que os cursos estão dispostos, a maioria na Amazônia brasileira ou em espaço de contato, sendo local onde a questão ambiental é fator de disputa, violências, ocupações e danos à saúde biológica e mental dos sujeitos, especialmente os menos privilegiados.

**Palavras-chave:** psicologia ambiental. Currículo. Formação. Amazônia.

**ABSTRACT:** The aim of this article is to analyze the absences and presences in teaching training and practice in Psychology on the issue of Environmental Psychology and its debates and nuances in HEIs in the North of Brazil. In order to achieve this objective, the documentary research methodology with content analysis was used, raising six political-pedagogical projects of Psychology courses in Federal Institutions of Higher Education in the North Region of Brazil. From the definition of the Institutions, keywords were used to highlight elements of the pedagogical projects and grouped in a framework that was later analyzed. It is concluded that there is an absence of debate on the theme of Environmental Psychology and other elements that circulate in the subfield, such as the environment, sustainability, territory and territoriality in pedagogical projects and in teaching, extension and research practices duly registered in the document. Such emptying is not exactly justified by the spatial, political and cultural position in which the courses are arranged, most in the Brazilian Amazon or in contact spaces, being a place where the environmental issue is a factor of dispute, violence, occupations and damage to biological health and mental health of the subjects, especially the less privileged ones.

**Keywords:** environmental psychology. Curriculum. Training. Amazon.

<sup>1</sup> Psicóloga, Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - Universidade Federal de Rondônia - E-mail: [miortizpassos@gmail.com](mailto:miortizpassos@gmail.com)

<sup>2</sup> Pós-doutorado pelo Programa de Pós Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (Instituto de Psicologia - USP), Doutorado em Educação Escolar (UNESP/Araraquara), Psicóloga - Universidade Federal de Rondônia - E-mail: [smsbarroco@uem.br](mailto:smsbarroco@uem.br)

<sup>3</sup> Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano (USP), Psicologia (UFSC) - Universidade Federal de Rondônia - E-mail: [lilian.urnau@unir.br](mailto:lilian.urnau@unir.br)

<sup>4</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (UNIR), Sociólogo (UNIR) -Universidade Federal de Rondônia. E-mail: [profrafaelsocio@gmail.com](mailto:profrafaelsocio@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto da reflexão acerca da relação entre sujeito e meio ambiente, considerando todas as formas de se relacionar com o mesmo. Também busca compreender como tal relação é apontada por cursos de formação de Psicólogos(as) na região Norte do Brasil, girando em torno de um subcampo da Psicologia intitulado Psicologia Ambiental. Tal inquietação surge a partir dos debates e orientações da disciplina Docência no Ensino Superior no curso de Pós-graduação (mestrado) em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia.

Tal campo surge no pós segunda guerra mundial com intuito de perceber como a saúde mental das pessoas se relacionava com a reconstrução dos espaços destruídos pelas forças militares em conflito durante a guerra e principalmente como as coletividades iriam ocupar estes espaços, avaliando os impactos positivos em tal relação.

Posteriormente, após romper com campos da Arquitetura e Urbanismo e migrar para a Psicologia em si, a Psicologia Ambiental passa a se preocupar com questões inerentes ao meio ambiente, sustentabilidade, interação sujeito-ambiente e educação ambiental, aproximando-se da Psicologia Social e Comunitária.

O objetivo do artigo é analisar as ausências e presenças na formação e prática docente em Psicologia sobre a questão da Psicologia Ambiental e seus debates e nuances em IES na Região Norte do Brasil e para realizar isto fez uso de dois procedimentos: a pesquisa documental e a análise de conteúdo. Foram analisados seis projetos político-pedagógicos de seis instituições federais da Região Norte do país. As palavras chave buscadas foram: psicologia ambiental, território, territorialidade, meio ambiente e sustentabilidade. Os resultados foram organizados em um quadro e posteriormente analisados.

Dentre as muitas conclusões, pode-se sintetizar que tais temas estão dispersos ou ausentes nos projetos pedagógicos, demonstrando distanciamento e até mesmo ausência de tais elementos na formação de psicólogos na região. Esta pesquisa pretende ser um ponto de outras pesquisas urgentes, dentre algumas indicadas na conclusão desta.

## 1. PSICOLOGIA AMBIENTAL: DEFINIÇÕES E IMPLICAÇÕES

A Psicologia Ambiental é um subcampo da Psicologia relativamente novo quando comparado aos campos mais tradicionais do mesmo. Segundo Melo (1991) ganha força com o processo pós-segunda guerra mundial com a reconstrução das cidades. A Segunda guerra mundial foi um evento que marcou a revisão e atualização das demandas de diversos campos científicos e na Psicologia foi central o debate sobre os danos e as formas de reconstrução de estruturas coletivas de saúde mental.

A reconstrução da Europa e a democratização de programas habitacionais de larga escala, arquitetos, políticos e planejadores urbanos passaram a debater uma questão: de que o ambiente construído não deveria apenas refletir questões estruturais ou estéticas, mas também questões comportamentais, psicológicas e culturais daqueles sujeitos que iriam ocupar tais espaços (MELO, 1991). Este processo e o subcampo resultante de tais debates se chamaria inicialmente Psicologia da Arquitetura que, como a maioria dos campos emergentes, bebeu da fonte de outros estudos, como os sociológicos, historiográficos e outros dentro da Psicologia, Arquitetura e Urbanismo.

Quando passamos a pensar na reconstrução de grandes cidades, ficou evidente a necessidade de pensar cidades a partir de instrumentos coletivos, ao passo que antes deste grande fenômeno, arquitetos se preocupavam quase que exclusivamente com as intenções de clientes privados (MELO, 1991). Edifícios e blocos pós guerra deveriam acompanhar não apenas a questão da construção, mas a ideia de que indivíduos despojados de toda história que tinham construído antes iriam ali residir, além da reconstrução dos comportamentos humanos e suas atividades.

Segundo Melo (1991) e Oliveira e Brasil (2020) o termo Psicologia Ambiental surgiu na década de 50 do Século XX em um seminário científico que versava sobre a relação entre o design de hospitais psiquiátricos e os processos terapêuticos dos pacientes ali internados. Neste momento a mescla entre arquitetura e psicologia dividiu-se em um espaço de debate exclusivo do campo psicológico, sendo oferecida como disciplina em cursos e departamentos a partir da década de 70 do século XX nos Estados Unidos da América.

A psicologia ambiental objetiva debater a necessidade de desenvolver uma relação harmônica entre o ser humano, seu bem estar e a sustentabilidade ambiental (OLIVEIRA; BRASIL, 2020). Quando falamos deste aspecto na região Norte do Brasil, é preciso considerar que diversos elementos versam sobre tal questão e que podem

se relacionar com a Psicologia: a questão das organizações estruturais de povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos (pescadores, caçadores, seringueiros e outros extrativistas) e o meio ambiente amazônico, a construção de grandes infraestruturas e seus impactos socioambientais, causando deslocamentos e reorganizações territoriais, a falta de políticas públicas e acesso da comunidade devido a questão de organização, as cidades e suas estruturas e o atendimento para a comunidade local, dentre outras questões.

Considerando tal contexto a Psicologia Ambiental, considera-se fundamental que o tema seja abordado na formação acadêmica. A educação é um elemento de transformação da sociedade, caso tenha as práticas curriculares e docentes associadas ao processo de emancipação ou libertação dos sujeitos.

Quando falamos de educação ambiental, esta se coloca como uma alternativa para debater a intensificação dos problemas ambientais, na formulação de políticas públicas (OLIVEIRA; BRASIL, 2020) e especialmente na possibilidade de fazer um contraponto às políticas de crescimento econômico que são ambientalmente predatórios e que classificam as populações tradicionais e em geral como aquelas que estão “contra o Progresso do país” e por isso devem ser desconsiderada em processos de ocupação espacial na Amazônia.

Assim sendo, ao considerarmos que a Psicologia Ambiental tem dialogado em questões que versam sobre “o desenvolvimento de programas que fortaleçam atitudes ecológicas, levando em consideração a presença de crenças e percepções que compõem a dimensão cognitiva e afetiva do indivíduo” (OLIVEIRA; BRASIL, 2020, p. 03) torna-se fundamental buscar como tais questões se apresentam no currículo da formação de Psicologia em cursos da Região Norte, espacialidade onde os ataques predatórios e anti ambientalistas têm se focado, pensando assim como profissionais da área poderão de forma mais rebuscada se debruçar sobre tais questões que inexoravelmente irão aparecer nas práticas e pesquisas do campo.

Partimos de Raquel Diniz (2015) para debater o que seria uma vida ou forma de viver sustentável e como a Psicologia - ambiental - implica sobre isto. A primeira grande questão é que viver sustentável é uma forma de postura política e mental frente à uma sociedade que, em geral, pratica uma forma de ser ambientalmente insustentável. O primeiro ponto é definido como as predisposições, ou seja, a concepção ideológica que o sujeito possui e como ele idealiza a questão da sustentabilidade.

Já as repercussões psicológicas (segundo ponto) versa sobre o conjunto de benefícios na adoção de práticas sustentáveis, como sentir-se realizado, feliz, cumprindo um dever, de associação com outros seres humanos, já a terceira dimensão, a comportamental, fala sobre atitudes deliberadas que visam causar efeito positivo sobre o meio ambiente, como cooperativas e mudança de hábitos de consumo (DINIZ, 2015). A partir da autora e suas considerações, pode-se afirmar que a questão ambiental, quer seja pela aproximação ou pela negação, é espaço de debate da Psicologia e por isto deveria ter espaço na formação profissional destes.

Em capítulo de livro, Klein, Peres e Machado (2019) vão trazer debates outros sobre a relação natureza, meio ambiente, espacialidades e questões psicológicas, dentre as quais destacamos: (a) que a afetividade é elemento que pode ser utilizado para descrever a relação dos sujeitos com os espaços, (b) que aspectos relacionados à relação entre gerações de ocupantes tradicionais de espaço são fundamentais tanto para certa “solidez” do bem estar dos participantes das pesquisas elencadas, (c) que sujeitos mais ligados à natureza em suas formas de ser-existir sofrem de forma mais direta os impactos dos danos ambientais, mesmo que não utilizem-se de categorias como “sustentável” ou “ambientalismo” para expressar tal relação direta.

Por exemplo, para populações ligadas diretamente ao meio ambiente e a natureza para manter seus modos de vida, a degradação ambiental implica também na insegurança de que seus filhos e netos terão a mesma qualidade de vida que tiveram até o presente momento (KLEIN; PERES; MACHADO, 2019).

Os trabalhos supracitados constituem-se enquanto boas mostras de uma revisão sistemática sobre o tema da Psicologia Ambiental e sua formação/prática no Brasil e recomendamos-os enquanto leitura fundamental. Entretanto, o presente artigo busca estabelecer uma conexão entre currículo, práticas de ensino e a presença ou ausência da Psicologia Ambiental nos Projetos Pedagógicos de cursos de Psicologia na região Norte do Brasil.

Entendemos o currículo enquanto espaço de poder e orientador das práticas de ensino e, por consequência, das formas e possibilidades de aprendizagem. Assim, a definição de Projeto Pedagógico não é apenas a organização ou aglutinação de documentos de forma simples, mas sim uma escolha política dos gestores, cientistas e demais profissionais envolvidos na redação do mesmo (TADEU, 2016) que vai impactar nas práticas de pesquisa, em sala de aula, extensão, monitoria, estágios e no currículo oculto durante todo o processo formativo de execução do curso.

Considera-se então fundamental debater qual o espaço da Psicologia ambiental e seus principais temas nos currículos. A forma pelo qual debatemos tal presença ou ausências de ocupação destes espaços será delimitada na seção a seguir do presente trabalho.

## **2. DOCÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR E PSICOLOGIA**

Cabe ao docente no ensino superior a “missão” e o objetivo de formar indivíduos técnicos e humanizados nas diversas áreas da divisão social do trabalho, sendo sua identidade estabelecida entre formar pessoas da própria formação e a formação de pessoas em áreas difusas da do docente, sendo tais elementos centrais em sua identidade (PIMENTA; ANASTASIOU, 2008).

Assim sendo, cabe ao Psicólogo formar na especificidade - quando inserido nos cursos de graduação em Psicologia - e nas formas difusas quando está inserido nos demais cursos de formação, ligando-se à formação de administradores (quando na psicologia do trabalho, por exemplo), de pedagogos (quando na psicologia escolar e da educação), dentre outras possibilidades de aplicação.

Os profissionais envolvidos no processo de formação são aqueles que são responsáveis por movimentar e tornar prática os projetos pedagógicos, trajetórias curriculares, competências e habilidades esperadas que o egresso desenvolva a partir da disciplina ou componente curricular que é responsável. Assim sendo, pressupõe-se que o docente no ensino superior tenha consciência do profissional que está formando e que domine minimamente os documentos que organizam o processo formativo, o que significa entender o currículo enquanto espaço de poder e suas ausências e presenças (TADEU, 2016).

A docência no ensino superior tem como foco o adulto ou o jovem adulto e se relaciona não ao aspecto de inserção na vida social e rudimentos da técnica científica de uma sociedade, mas sim de apresentar uma formação profissional e que requer uma percepção de transformação da realidade social (SAVIANI, 2007). Diante de uma suposta autonomia de escolha pela sua atuação profissional - considerando que existem pressões estruturais da sociedade para que tal fenômeno seja direcionado - o adulto escolhe o curso no qual irá iniciar sua formação profissional.

Assim sendo, considerando esta peculiaridade do ensino superior e até mesmo seus objetivos históricos e sociais (SAVIANI, 2007), o adulto envolvido na graduação em Psicologia (e outras) tem que ser formado não apenas para suas futuras práticas

profissionais, mas também para uma inserção plena na vida social e sua atuação enquanto intelectual social. O tema deste artigo, Psicologia Ambiental, é tema emergente quando falamos do Brasil e suas perspectivas ambientais e de possíveis problemas psicossociais decorrentes da visão predatória da relação ser humano-meio ambiente (OLIVEIRA; BRASIL, 2020).

Existem problemáticas das práticas educacionais da docência no Ensino Superior que são específicas de tal cenário: o aluno que está no período noturno e que é trabalhador nos demais períodos, a dificuldade de ingresso no ensino superior principalmente pelas classes menos abastadas, os dilemas das escolhas e expectativas profissionais dos discentes, a dificuldade de fomento à universalização da pesquisa no ensino superior, a dificuldade de formação continuada relacionada à ampliação da relação educação e tecnologia, dentre outros (FERREIRA, 2010). Tais contextos problemáticos requerem a formação de saberes específicos para a docência no ensino superior que difere-se claramente da educação básica.

Tais saberes pedagógicos são aqueles conhecimentos, práticas e habilidades que permitem ao docente do ensino superior resolver os problemas que emergem da práxis docente, versando sobre os currículos documentados e as formações ocultas. São tais saberes que permitem que fuçamos da simples burocratização do ensino superior (FERREIRA, 2010) e possamos construir ensinamentos dotados de sentido.

Relacionando-se ao tema deste artigo, questiona-se: considerando que as questões da Psicologia Ambiental são fundamentais para pensarmos os dilemas da relação entre os seres humanos e os meios-ambientes, é preciso compreender e debater se tal tema está presente nas formações em psicologia e assim impactando duplamente e dialeticamente na docência, primeiro se docentes de Psicologia estão trabalhando tais temas na formação e segundo se os profissionais formados neste curso estão preparados para a atuação profissional e por consequência fomentar tal debate nas pesquisas, eventos e formações profissionais que exercerão.

### **3. METODOLOGIA**

O presente artigo é de natureza qualitativa, pois iremos detalhar informações disponíveis sobre a questão da Psicologia ambiental presente nos documentos alvo da análise. Escolhemos como corpus de análise os projetos político-pedagógicos de cursos de Psicologia de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais e estaduais da região Norte do Brasil. O presente trabalho tem como objetivo realizar

análise das ausências e presenças na formação e prática docente em Psicologia sobre a questão da Psicologia Ambiental e seus debates e nuances em IES na Região Norte do Brasil.

Informamos que com base na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde os procedimentos de levantamento de dados deste trabalho estão dispensados de tramitação em comitê de ética em pesquisa, considerando que versaremos sobre dados publicizados e divulgados amplamente pelas IES. Tal isenção de tramitação baseia-se nos princípios definidos no artigo primeiro da resolução supracitada.

O procedimento de levantamento de dados será a pesquisa documental com análise de conteúdo, tendo como processos (BARDIN, 2016): (a) Criação do corpus documental a partir da busca dos projetos político-pedagógico (PPC) dos cursos de Psicologia em IES federais e estaduais, (b) dentro do corpus documental inicial, realizar o destaque de disciplinas e ações que versam sobre a questão da Psicologia Ambiental a partir da leitura e busca a partir de palavras-chave, que definimos: psicologia ambiental, territorialidade, território, meio ambiente e sustentabilidade, e/ou suas variações em caso de não associação de busca: ambiental e sustentável.

Palavras que forem assimiladas e sem associação com a Psicologia Ambiental serão desconsideradas. (c) As frases, disciplinas, projetos de extensão e pesquisa que versem sobre o tema serão organizados na forma de quadros e (d) os quadros serão analisados em si e entre si. Apontamos como rol inicial de IES que foram realizadas as buscas dos Projetos Político-Pedagógicos: Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade Federal do Tocantins (UFT), destes foi analisado os seguintes documentos:

**Quadro I:** Corpus documental total analisado

IES	Documentos analisados
UNIR	Projeto Político Pedagógico, 2014.
UFAC	Projeto Político Pedagógico, 2014.

<b>UFAM</b>	Projeto Político Pedagógico, 2001.
<b>UFRR</b>	Resolução no 010/06-CEPE - PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PSICOLOGIA DA UFRR - FORMAÇÃO DE PSICÓLOGO, 2006.
<b>UNIFESSPA</b>	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ - campus Marabá - bacharelado em Psicologia, 2018.
<b>UFPA</b>	Projeto Pedagógico, Bacharel em Psicologia, 2011.
<b>UFT</b>	Projeto Político Pedagógico - Formação de Psicólogo, 2018.

**Fonte:** Os autores, 2023.

#### 4. RESULTADOS

Apresentamos no quadro abaixo os resultados do procedimento detalhado na metodologia acima:

**Quadro II:** Resultado da busca das palavras-chave.

IES	Palavra-chave	R*	Recorte e página
UFRR	Psicologia Ambiental	2	Resposta 1: Quadro de disciplinas informando a disciplina Psicologia Ambiental, p. 63. Resposta 2: Disciplina Psicologia Ambiental, 72 horas, Ementa: Estudo da psicologia relacionado ao meio ambiente, considerando as transformações do espaço, o habitat e o ecossistema, p. 73.
UFRR	Território	4	As respostas versam sobre a ocupação do território do estado, não sobre disciplina ou temas.
UFRR	Territorialidade	0	--
UFRR	Meio Ambiente	3	Resposta 1: Disciplina Psicologia e Políticas Públicas, sendo um tópico da Ementa p. 72 Resposta 2: Na ementa de Psicologia Ambiental, p. 73. Resposta 3: Disciplina Psicologia do Trânsito, sendo um tópico da ementa, p. 74.
UFRR	Sustentabilidade	0	--
UFT	Psicologia Ambiental	0	--
UFT	Território	3	Resposta 1: fala sobre o território do estado e sua história. Respostas 2 e 3: Indicam livros sobre a questão do território, na seção Lista de Livros para Compra, p. 160.
UFT	Territorialidade	3	Respostas 1 e 2: versam sobre a ocupação e territorialidade do estado. Resposta 3: Como tema da ementa da disciplina Psicologia Comunitária - Identidade e territorialidade, p. 66.

UFT	Meio Ambiente	1	Proposta como eixo das práticas de Extensão, p. 11.
UFT	Sustentabilidade	0	--
UNIR	Psicologia Ambiental	0	--
UNIR	Território	0	--
UNIR	Territorialidade	0	--
UNIR	Meio Ambiente	0	--
UNIR	Sustentabilidade	1	Resposta 1: No projeto pedagógico do Curso de Psicologia a disciplina de Psicologia Comunitária tratará de forma mais específica de temas relacionados à Educação Ambiental e Sustentabilidade. 25. Disciplina de 80 horas.
UNIFE SSPA	Psicologia Ambiental	0	--
UNIFE SSPA	Território	0	--
UNIFE SSPA	Territorialidade	0	--
UNIFE SSPA	Meio Ambiente	1	Resposta 1: Aparece como parte de título de um artigo na disciplina Saúde Mental e Trabalho, mas não aparece na ementa, p. 112.
UNIFE SSPA	Sustentabilidade	1	Resposta 1: Aparece como um tema da ementa da disciplina Psicologia Comunitária e Práticas de Atenção Primária, 68 horas, p. 102.
UFPA	Psicologia Ambiental	0	--
UFPA	Território	0	--
UFPA	Territorialidade	0	--
UFPA	Meio Ambiente	0	--
UFPA	Sustentabilidade	0	--
UFAM	Psicologia Ambiental	2	Resposta 1: Como parte de laboratório de pesquisa - Laboratório de Psicologia Ambiental (Prof. Maria Alice). p. 61 Resposta 2: Como campo de estágio previsto na página 63.
UFAM	Território	0	--
UFAM	Territorialidade	1	Resposta 1: Como conteúdo da ementa da disciplina Etologia, pg. 49.
UFAM	Meio Ambiente	1	Resposta 1: Enquanto conceito de Saúde que será usado pelo curso ““resultante de influências sócio e econômico-culturais: alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra

			e acesso aos serviços de saúde”, p. 11.
UFAM	Sustentabilidade	0	--

**Fonte:** Os autores, 2023.

A coluna R\* Apresentará o total de respostas quando buscada a palavra-chave no documento.

## 5. ANÁLISES

Antes de analisarmos os conceitos em si, é preciso apresentar uma visão geral: há a impressão que ao lermos os PPCs que não estamos analisando documentos que versarão sobre a formação de psicólogos em IES situadas na região Amazônia. Afirmamos isto ao considerar que há uma ausência dos temas que, em tese, versaram sobre atuar e viver espaços amazônicos em todas as suas características.

Considerando tal elemento nossa primeira análise é que os profissionais formados em Psicologia nestas instituições entram em contato com questões centrais da Psicologia ambiental de forma transversal ou oculta e apesar de ser importante tal forma de expressão, a não existência formal nos currículos representa que não há interesse político direto daqueles que constituíram-no.

Salientamos que a ausência deste debate não representa falta de engajamento de discentes e docentes na permeabilidade de tal projeto nas práticas de ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão, mas sim que ficando aos “sabor dos ventos ideológicos” tal tema pode simplesmente desaparecer pois depende das subjetividades e orçamentos específicos para ser executado.

Tal crítica foi apontada por Florestan Fernandes (1976) ao relatar a história da Sociologia e seu ensino no Brasil: quando não postas em documentos oficiais tais disciplinas que vão de encontro aos interesses desenvolvimentistas e coloniais podem ser facilmente retiradas, justamente pelo fato de que as Instituições são formadas por pessoas que eventualmente as deixam por motivos vários.

Sobre a palavra-chave “Psicologia Ambiental” apenas a UFRR possui uma disciplina específica para versar sobre este campo emergente da ciência. E mesmo este única disciplina, cuja ementa é “Estudo da psicologia relacionado ao meio ambiente, considerando as transformações do espaço, o habitat e o ecossistema” há uma fragilidade da construção do documento, pois não versa sobre fatos que

impactam e quem é impactado quando falamos de meio ambiente, amazônia e psicologia.

Esta fragilidade constitutiva da disciplina aponta que, somando com a ausência da mesma nas demais IES, que a Psicologia Ambiental ainda precisa ocupar espaços e demonstrar sua importância para os gestores pedagógicos. Tal importância se dará a partir de sua presença nos eventos, pesquisas e fatos sociais que a Psicologia deve enfrentar na Região Norte do país. Na UFAM a Psicologia Ambiental não está presente como disciplina mas como grupo de pesquisa e como campo de estágio dos discentes, demonstrando sua presença fora da sala de aula e provável interconexão com o ensino, aprendizagem, pesquisa e extensão.

Quando buscamos pela questão do território e territorialidade boa parte das respostas, quando existem, apontam para uma parte comum nos PPCs de curso, a descrição do espaço em que o mesmo se insere. Como na região amazônica vários estados antes eram chamados de territórios federais, a palavra é apontada desta forma e tais resultados foram ignorados na busca. Território e territorialidade, apesar de categorias importantes para compreensão da saúde mental e bem estar (MELO, 1991; DINIZ, 2016) não são tratados com densidade, com raras exceções como temas de ementas de disciplinas da UFT e UFAM.

Na amazônia há um território em conflito ou podemos dizer que a Amazônia é um território em conflito que gera violências de diferentes formas. A formação em Psicologia precisa estabelecer tal conexão. Nos projetos pedagógicos há uma ausência desta ação e assim podemos analisar que tal ligação se dará da mesma forma que relatamos na palavra chave “Psicologia Ambiental”, contando com a ação social dos sujeitos e não de documentação formal.

A próxima palavra-chave, “Meio Ambiente” fala diretamente sobre a grande preocupação do processo de ocupação da Amazônia, a falta de harmonia entre os seres humanos e os demais seres que compõem a biosfera. Tal desarmonia causa impactos variados na saúde em geral, incluindo a mental. Buscando pelas palavras-chave encontramos na UFRR três respostas em três disciplinas diferentes: Psicologia e Políticas Públicas, Psicologia Ambiental e Psicologia do Trânsito.

Na UFT é apresentado como um elemento da extensão, o que não demonstra exatamente uma escolha política da IES, mas o respeito às orientações do MEC, na UNIR e UFPA o tema não é debatido nos PPCs, na UFAM como parte do conceito de saúde empregado pelo curso e na UNIFESSPA como parte do título de um artigo. É

possível perceber que há um apagamento do tema em quase todas as IES, com exceção da UFRR. Todas as IES dispostas na Região Norte cuja temática ambiental é decisiva para entender o destino das populações humanas na região.

Por último, o tema sustentabilidade não aparece em quatro dos seis documentos analisados. Na UNIFESSPA e UNIR aparece como tema da disciplina Psicologia Comunitária, um dos sub tópicos debatidos na mesma. A ausência do tema reforça o que foi dito anteriormente: as IES estão, documentalmente, se esforçando pouco para enfrentar o tema e possivelmente vendo o sujeito enquanto deslocado das questões socioambientais, territoriais e culturais em que se desenvolve.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apontamos como considerações finais e indicações de pesquisas futuras os elementos abaixo detalhados. Primeiro que a Psicologia Ambiental é subcampo da Psicologia que possui ramificações firmes em países que foram obrigados à pensar seu espaço pós segunda guerra mundial, mas nas IES que formam psicólogos na Amazônia e região norte do Brasil há um esvaziamento.

Não podemos deixar de citar que a segunda guerra mundial trouxe para o Brasil e para a Amazônia projetos que também impactaram sobre as formas de ocupar espaços (ESCOBAR, 2011) que privilegiam a exploração dos recursos, internacionalização dos lucros e precarizam as relações humanas na região, causando impactos biopsicossociais variados. Impactos e violências que a Psicologia, pelo menos em tese, deveria enfrentar desde a sala de aula, desde a formação de base.

Apontamos ainda que tais ausências documentais abrem espaço para uma inexistência de fato ao passo que as pessoas em si não podem ser bases de garantia de um debate e sim sua presença em documentos, políticas institucionais, projetos, grupos de estudo e pesquisa, dentre outros elementos que não foram encontrados na análise dos projetos pedagógicos de curso. Outra hipótese é que no Brasil o subcampo Psicologia Ambiental ainda não possui autonomia suficiente, o que aponta justamente a necessidade de ensiná-lo como disciplina, uma das formas clássicas de conseguir tal autonomia (DINIZ, 1991).

Apontamos ainda a necessidade de uma ampliação da pesquisa pontual deste artigo: uma ação que levante projetos de pesquisa e extensão para analisar a presença não curricular de tais debates na formação de psicólogos e prática docente,

assim como pesquisa com psicólogos(as) que atuam/atuaram em projetos infraestruturais, remoção de pessoas, grandes desastres naturais e provocados para o homem com a intenção de perceber o nível de competência que estes possuem, relacionando com o lugar de formação inicial e continuada, experiências de ensino e aprendizagem, formação técnica profissional, dentre outros.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Tradução: Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro; São Paulo, Edições 70, 2016.
- DINIZ, R. F. Permacultura como um estilo de vida sustentável: o olhar da psicologia ambiental. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 106-118, jun. 2016.
- ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Nova Jersey: Princeton University Press, 2011.
- FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil: Contribuição para o Estudo de sua Formação e Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- FERREIRA, Valéria Silva. As especificidades da docência no ensino superior. *Revista Diálogo Educacional*, v. 10, n. 29, p. 85-99, 2010.
- KLEIN, C.; PERES, P. M. S.; MACHADO, G. S. A natureza: espaço de desenvolvimento, qualidade de vida e afetividade. (In) *Psicologia ambiental em contextos urbanos [recurso eletrônico] / organizadoras, Maria Inês Gaspareto Higuchi, Ariane Kuhnen, Claudia Pato (orgs). – Dados eletrônicos. – 1. ed. – Florianópolis : Edições do bosque/CFH/UFSC, 2019. 191 p. : ils., gráfs., tabs. – (Sociedade e Meio ambiente)*
- MELO, Rosane Gabriele C. de. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 2, n. 1-2, p. 85-103, 1991. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51771991000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771991000100008&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 nov. 2022.
- OLIVEIRA, I. P.; DAVI, D. S. B. Psicologia ambiental e problemas ambientais: uma revisão de literatura. *Doxa: Rev. Bras. Psico. e Educ.*, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 108-122, jan./jun., 2020.
- PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. *Docência no ensino superior*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista brasileira de educação*, v. 12, p. 152-165, 2007.
- TADEU, Tomaz. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Autêntica, 2016.